

ESTADOS-NAÇÃO E INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AFRICA DO OESTE:

O CASO DE CABO VERDE

I. Introdução

O arquipélago de Cabo Verde chegou à História dos Homens em 1460 começando por fazer parte de uma pequena área do Atlântico, que o ligava à Península Ibérica, e de um litoral africano, que não ultrapassava a Serra Leoa.

Em menos de 40 anos estas ilhas, encontradas desertas, já eram escalas de carreiras marítimas que circundavam o continente africano, atingiam a Índia e mantinham contactos regulares com a América Central.

O arquipélago teve assim, desde o início do seu povoamento, um importante papel na formação do Mundo Atlântico já que por suas ilhas passou a articulação dos dois impérios ultramarinos ibéricos (português e espanhol), a afirmação da dimensão atlântica da África e mesmo quando foi destruído o monopólio luso-espanhol seus portos continuaram a servir a navegação internacional de ingleses e holandeses num oceano que cada vez mais se internacionalizava.

Cabo Verde, onde todos os povoadores eram estranhos (europeus e africanos) foi o laboratório onde se experimentaram novas formas de colonização, novas relações sociais, novas vivências culturais e se constituiu, com percalços diversos, uma identidade a partir de heterogeneidades confluentes.

Foi no arquipélago cabo-verdiano que, pela primeira vez, na era Moderna, se estabeleceu uma sociedade escravagista, na qual a exploração contínua do trabalho do escravo africano constituía a base de suporte de toda a estrutura económica e social.

Foi aí que o escravo se transformou na mercadoria fundamental de exportação a longa distância, sustentando com os lucros da sua venda todo o esforço económico do povoamento, do controlo administrativo e religioso do arquipélago.

Foi neste espaço insular que os portugueses experimentaram os meios e a forma de ordenação e controlo de um espaço longínquo (pela primeira vez nos trópicos) recém-povoado, de um porto comercial intercontinental devidamente equipado e funcional e a produção de uma monocultura para a exportação com mão-de-obra escrava. Experiências, estas, que iriam servir mais tarde para a implementação, em outras latitudes, por outras potências europeias do sistema colonial moderno.

Foi nestas ilhas atlânticas que surgiu o primeiro centro urbano colonial nos trópicos, a vila/cidade da Ribeira Grande, espaço dominado por reinóis, onde a Câmara Municipal exerce o poder local, progressivamente participado pelos “filhos da terra” (mestiços).

E finalmente foi aqui que nasceu do encontro de dois Mundos, o europeu e o africano, uma nova sociedade, sobre todos os pontos de vista: a sociedade crioula, primeiro contributo para a construção do Mundo Atlântico.

Podemos afirmar que a participação dos africanos na feitura do Mundo Atlântico teve no arquipélago de Cabo Verde o seu laboratório que antecedeu e preconizou outras e distintas experiências (Antilhas, Brasil).

Em Cabo Verde, espaço periférico, longínquo, tropical, diferente e desconhecido as formas de colonização experimentadas nos arquipélagos atlânticos dos Açores, da Madeira e das Canárias encontraram fortes limitações.

Neste “pequeno Novo Mundo” tudo precisava ser inventado. A historiografia tem falado, desde há anos na “invenção dos arquipélagos”. Pois bem, aqui toda a população era estrangeira (europeus e africanos) e recém-chegada a terra e para a implementação de uma sociedade tudo teve que ser inventado a partir de experiências exógenas, quantas vezes inadequadas, primeiro em dicotomia, depois em integração.

Aqui, o modelo escravocrata colonial estava pronto a funcionar em poucas décadas, já que no final do século XV temos: o mercador-latifundiário; a mão-de-obra escrava; a exploração agrícola em monocultura; a produção de matéria-prima para exportação.

Este modelo que começou por servir para o algodão em Santiago e no Fogo no séc. XV manteve a sua eficácia para o açúcar nas Antilhas e no Brasil, para ambos os produtos em Angola, para o cacau em S. Tomé e até para o algodão nos Estados Sulistas da América do Norte.

Ambos os estratos que povoaram as ilhas foram preponderantes na estruturação da sociedade: os europeus impuseram, com a necessária adaptação, o modelo da sociedade; os africanos, nivelados pela condição de escravos que atenuou as heterogeneidades sociais e culturais específicas das suas sociedades de origem, não tiveram outra opção senão a de se integrarem nela.

Mas, se o modelo social foi imposto pelos Europeus este ficou de imediato subvertido pela componente principal da nova sociedade, a escravaria, que, ao ser integrada nela como força de trabalho principal, automaticamente a condicionou e marcou:

Foram as rendas obtidas através da transformação contínua de homens em mercadoria lucrativa e em “bestas” de trabalho que proporcionaram às ilhas de Cabo Verde a sua primeira elite que iria dominar a sociedade insular durante um século e meio.

Foi a necessidade de mercadorias “nadas e criadas” na Ilha para o trato de escravos com a costa da Guiné que precipitou o povoamento africano de Santiago e Fogo.

Foi igualmente a situação de entreposto de escravos que permitiu a presença na vila/cidade da Ribeira Grande de uma categoria de moradores que, apesar de não pertencerem ao grupo dominante da ilha, viviam ao redor do tráfico e de suas diversas ramificações. É nesta classe intermédia, dedicada aos serviços, que primeiro se infiltra o africano livre.

No início do século XVII a posição de Cabo Verde como entreposto de escravos declina com o desvio do tráfico para Cacheu. Essa nova conjuntura teve como consequências imediatas o desaparecimento da elite europeia, e a decadência da vida urbana-mercantil. O arquipélago passa assim a ser apenas um ponto de apoio periférico, onde os agentes locais de grandes comerciantes apenas executam ordens.

Com a diminuição significativa do número de reinóis, como moradores permanentes abre-se a oportunidade aos “filhos da terra”, principalmente aos mestiços, de ocuparem os lugares cimeiros na economia interna e na administração local.

A redução das ligações com o Reino, o abandono da cidade, o enfraquecimento das estruturas institucionais civis e religiosas, a ausência de reinóis abastados tendem a diluir as diferenças e intensificam a mestiçagem física e cultural, iniciando-se a construção de uma sociedade

mais homogénea com características específicas e verdadeiramente novas: a sociedade cabo-verdiana.

Em 1731 Cabo Verde tem 30.850 habitantes dos quais 2,5% são brancos, 29 % mestiços, 51,5 % forros e 17% escravos.

Analisando estes dados estatísticos podemos afirmar:

1. Que em Cabo Verde se deu, por falta da vinda de novas levas de escravos e pelas secas consecutivas, uma precoce, endógena, sem sobressaltos e progressiva descravização da sociedade.
2. Que o estrato maioritário nessa época já era o forro que também eram, maioritariamente, filhos da terra.
3. Que apesar da percentagem de mestiços ser grande a maioria esmagadora dos moradores do arquipélago eram negros (68,5%).
4. Que a população branca era minoritária e representava a elite – os brancos da terra – que não só dominava todas as terras aráveis como detinham os poucos escravos ainda existentes. Não podemos deixar de explicar que branco em cabo verde não quer dizer europeu, nem branco puro.

II. Cabo Verde e a Integração Regional: Contexto sócio-histórico

Como atrás ficou demonstrado, o arquipélago de Cabo Verde teve como incentivo ao seu povoamento a aproximação geográfica com certos países que hoje fazem parte da CEDEAO. Sua economia foi construída e esteve dependente das ligações que mantinha com o continente africano. As suas elites beneficiaram, sempre, das ligações económicas e administrativas entre o arquipélago e a sua costa fronteira. Com a ocupação efectiva do poder colonial no continente membros da elite cabo-verdiana foram utilizados como agentes coloniais.

Não podemos também esquecer que apesar da maioria da população cabo-verdiana ser descendente de escravos vindos de África, a influência da religião católica, a promoção do clero local representou a via mais directa para a crioulação. Essa promoção para além de constituir um meio de ascensão social por excelência dos “filhos da terra”, foi acima de tudo o melhor meio para a emergência da inculturação tranquila, conceito recentemente debatido (1994) pelo sínodo dos Bispos africanos, mas realidade vivida em Cabo Verde desde o século XVI.

Não é por acaso que os nossos primeiros grandes intelectuais, “filhos dos brancos da terra” foram instruídos no Seminário de São Nicolau. Foram eles que com suas obras literárias iniciaram a reflexão sobre a identidade do povo cabo-verdiano que viria reflectir-se, mais tarde, na formação de um grupo de jovens conscientes da sua africanidade e portadores de anseios de independência para o seu país.

Por isso podemos afirmar que Cabo Verde nasceu da 1ª mundialização, o seu povoamento iniciou a construção do Mundo Atlântico. A utilização da sua posição estratégica sempre foi um marco de progresso para a economia cabo-verdiana – séculos XV a XVII com o tráfico negreiro e finais do século XIX início do XX quando S. Vicente se torna um porto incontornável para a navegação a vapor.

Hoje, com a globalização, Cabo Verde tem uma nova oportunidade de beneficiar de seu recurso estratégico maior – a sua situação geográfica: ilhas africanas; na fronteira marítima da Europa onde milhares de cabo-verdianos procuram uma vida melhor, próximas da América (terra onde a diáspora cabo-verdiana é muito numerosa e cada vez mais influente) e a poucas horas do maior país da América Latina, o Brasil, que faz parte da CPLP.

Se a nossa elite política e económica souber, aceitando a sua pertença ao continente africano, utilizar tudo o que a nossa posição estratégica e a nossa história de contínuo entrelaçamento de diferentes povos nos proporciona, Cabo Verde poderá beneficiar da globalização que esta apenas começando.

III. A Integração Regional. Dilemas e Vicissitudes de um processo

Cabo Verde pertence à Comunidade Económica dos Estados da Africa Ocidental tendo, neste âmbito, feito integrar no seu ordenamento jurídico um conjunto de convenções designadamente sobre a livre circulação de pessoas e bens. Aliás, é neste quadro que se tem vindo a registar, nos últimos anos, uma forte circulação de pessoas, transformando o país num centro de imigração, pela primeira vez na sua história.

Da mesma forma e no quadro da Nova Iniciativa Económica para a Africa (NEPAD), Cabo Verde tem procurado não apenas apoiar politicamente a iniciativa como integrar-se nas actividades, neste quadro, desenvolvidas.

Aliás, um dos elementos importantes da estratégia de integração de Cabo Verde na economia mundial assenta-se na ligação com o mercado continental, transformando o país num gateway para a África.

Contudo, ainda persistem um conjunto de bloqueios de natureza objectiva, designadamente no domínio dos transportes, de facilidades bancárias, de contactos entre os operadores económicos que limitam o desenvolvimento de uma parceria económica mais estreita, ao qual se pode agregar um posicionamento ambíguo de natureza cultural.

De facto, neste momento, mais de 2/3 das relações comerciais de Cabo Verde se fazem com a União Europeia, particularmente com Portugal.

Num momento, em que se discute a questão das parcerias económicas estratégicas para o país, nomeadamente com a União Europeia e com os Estados Unidos da América, parece adequado reflectir, não apenas do ponto de vista económico e comercial, mas também político, cultural e histórico as relações de Cabo Verde com a África Ocidental e as perspectivas que, neste sentido, se despontam.

É neste quadro que se propõe, na mesma esteira que outros países da África Ocidental, a realização de estudos temáticos sobre um conjunto de questões/ temáticas bem específicas e que abordam a integração regional na África do Oeste, no caso, a partir do olhar de Cabo Verde.

Iva CABRAL et Cláudio FURTADO
Coordenadores do Programa MOST da UNESCO no Cabo Verde
Março de 2006